



XVIII Encontro Científico de Ciências Sociais Aplicadas

ÉTICA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

de 17 a 19 de novembro de 2025



Como as cooperativas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e quais os benefícios para a comunidade

Luiz Felipe Podkowa

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Samara Jaqueline Fulber

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Dione Olesczuk Soutes

Professora do Curso de Ciências Contábeis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender o papel desempenhado pelas cooperativas e apresentar os benefícios por elas gerados na comunidade de Marechal Cândido Rondon – PR. A pesquisa fundamenta-se na Teoria dos *Stakeholders* (Freeman, 1984) e no modelo de saliência de Mitchell, Agle e Wood (1997), os quais consideram o poder, a legitimidade e a urgência como dimensões que determinam a influência dos grupos de interesse nas decisões organizacionais. Adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando entrevistas semiestruturadas com gestores das cooperativas Copagril, Sicoob, Sicredi e Cercar, e a aplicação de um questionário à população local. Os resultados evidenciaram que os associados constituem o principal stakeholder, sendo reconhecidos como a base da governança e da sustentabilidade das cooperativas. Observou-se também que as cooperativas locais exercem papel relevante na geração de empregos, renda, educação financeira, responsabilidade social e fortalecimento da economia regional. A população rondonense demonstrou alto nível de confiança e reconhecimento dessas instituições, embora o engajamento direto em assembleias e eventos ainda seja limitado. Conclui-se que o cooperativismo, ao equilibrar objetivos econômicos e sociais, consolida-se como um modelo de gestão participativa e ética, que promove valor compartilhado e contribui efetivamente para o desenvolvimento sustentável do município.

Palavras-chave: cooperativismo; *stakeholders*; desenvolvimento socioeconômico; valor compartilhado; responsabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo tem se consolidado como um modelo econômico alternativo, capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico em diversas comunidades ao redor do mundo. Ele pode ser entendido como um movimento orientado para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária, fundamentado em bases democráticas e em empreendimentos que atendam às necessidades reais da população. Diferentemente de modelos empresariais

tradicionais, o cooperativismo valoriza princípios como autogestão, solidariedade e participação democrática. Nesse contexto, sua finalidade não se restringe à geração de lucro, mas se estende à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social dos cooperados (SINGER, 2002).

No Brasil, as cooperativas exercem um papel estratégico em setores como agricultura, crédito, consumo e serviços, contribuindo significativamente para a economia nacional. No ramo agropecuário, destacam-se pela expressiva participação na produção de alimentos, atuando desde o processamento até a comercialização e exportação. Já no cooperativismo de crédito, as instituições financeiras cooperativas oferecem alternativas acessíveis ao sistema bancário convencional, ampliando o acesso a financiamentos e fomentando o desenvolvimento de pequenos empreendimentos e negócios locais (OCB, 2020).

À luz da Teoria dos *Stakeholders* (FREEMAN, 1984), organizações devem considerar os interesses dos grupos que afetam e são afetados por suas atividades. No cooperativismo, isso implica equilibrar demandas de cooperados, comunidade, fornecedores, consumidores e governo, por meio de diálogo contínuo e criação de valor compartilhado.

A cidade de Marechal Cândido Rondon, situada no Paraná, possui uma economia fortemente baseada na agroindústria e no cooperativismo. Historicamente, as cooperativas desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social da região, promovendo a inclusão social, a geração de empregos e a sustentabilidade.

Diversos estudos já analisaram o impacto das cooperativas no desenvolvimento socioeconômico. Pesquisas como as de Silva (2018) e Santos (2020) destacam a importância das cooperativas na geração de empregos e renda. No entanto, esses estudos focaram principalmente em regiões diferentes do Brasil e em setores específicos, deixando uma lacuna sobre a análise integrada do impacto das cooperativas em uma comunidade específica, como Marechal Cândido Rondon. Adicionalmente, há uma lacuna na compreensão dos benefícios gerados pelas cooperativas locais em cidades menores e regiões de menor visibilidade.

Diante desse cenário, este trabalho tem como problemática central a seguinte questão: os *stakeholders* percebem os benefícios socioeconômicos gerados pelas cooperativas? E, considerando a Teoria da Identificação e Saliência dos *Stakeholders*, quais são os *stakeholders* considerados mais salientes pelos diretores das Cooperativas de Marechal Cândido Rondon?

Apesar da reconhecida importância das cooperativas no contexto socioeconômico, ainda é necessário compreender de forma mais aprofundada como os diferentes *stakeholders*, como associados, colaboradores, fornecedores, consumidores, comunidade local e órgãos governamentais percebem e vivenciam esses benefícios. Questiona-se até que ponto as ações e resultados gerados por essas organizações atendem, de fato, às expectativas e necessidades de cada parte interessada, e se tais impactos se traduzem em melhorias concretas no desenvolvimento social e econômico de Marechal Cândido Rondon. Essa reflexão é essencial para identificar possíveis lacunas entre o discurso cooperativista e a efetiva contribuição percebida pelos diversos grupos que compõem seu ecossistema de atuação.

Esse estudo se justifica pela necessidade de compreender a ação das cooperativas em Marechal Cândido Rondon, uma vez que a literatura existente tende a focar em grandes centros urbanos e acaba excluindo cidades do interior. Por fim, o trabalho contribui para o campo de estudos sobre o cooperativismo e desenvolvimento local, oferecendo uma perspectiva específica sobre uma cidade que ainda não foi amplamente estudada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DOS STAKEHOLDERS

O conceito de stakeholder foi inicialmente formulado por Freeman (1984, p. 65-91), que o definiu como "qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou ser afetado pela realização dos *Stakeholders* internos e externos nos objetivos de uma organização".

Freeman (1984, p. 65-91) acrescenta que *stakeholders* são grupos ou indivíduos que têm um direito legitimado sobre a organização. Isso significa que eles possuem algum tipo de reivindicação ou expectativa em relação à empresa, seja por meio de contratos, leis, valores ou outras formas de reconhecimento. Essa definição amplia o escopo da teoria dos *stakeholders*, que antes era mais restrita aos acionistas e proprietários da empresa.

Os *stakeholders* podem ser classificados de diferentes formas. Uma das divisões mais comuns é entre *stakeholders* internos e externos. Os *stakeholders* internos estão diretamente ligados à empresa, como os sócios, acionistas, gestores e funcionários. Eles estão envolvidos nas operações cotidianas e têm expectativas relacionadas ao desempenho financeiro, estabilidade no emprego, desenvolvimento profissional e realização de metas corporativas (Savage *et al.* (1991).

Os *stakeholders* externos são aqueles que, mesmo não fazendo parte da estrutura organizacional, são impactados ou têm interesse nas ações da empresa. Entre eles, destacam-se os clientes, que buscam qualidade nos produtos e serviços; os fornecedores, que esperam relações comerciais éticas e sustentáveis; o governo, que exige o cumprimento das legislações e o pagamento de tributos; a comunidade local, que espera responsabilidade social e ambiental; e o meio ambiente, que deve ser respeitado como parte legítima do sistema de relações da organização, ainda que representado por entidades e leis reguladoras (WINSTANLEY *et al.*, 1995).

Outra classificação segrega os *stakeholders* em primários e secundários, segundo Benn, Abratt e O'Leary (2016), com base na conceituação de Clarkson (1995), *stakeholders* primários são aqueles cuja participação contínua é indispensável para que a organização mantenha suas atividades. Nesse conjunto estão acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e o setor público, representado por governos e comunidades que oferecem infraestrutura, regulamentam as operações e arrecadam tributos. A relação entre a empresa e esses *stakeholders* é caracterizada por elevada interdependência, sendo fundamental que a gestão crie valor para cada um desses grupos a fim de preservar o vínculo e assegurar sua permanência. Como destacam Mitchell *et al.* (1997), esses atores exercem influência direta sobre as decisões gerenciais. Em função dos contratos e relações formais estabelecidos, eles apresentam alta visibilidade para a organização, demandando atenção contínua às escolhas, oportunidades e decisões (Hult *et al.*, 2011). Fassin (2012) complementa que tal grupo mantém um relacionamento direto e contratual com a empresa.

Já os *stakeholders* secundários, definidos por Clarkson (1995) como aqueles que podem influenciar ou serem influenciados pela organização, mas que não participam de transações diretas nem são essenciais para sua sobrevivência, englobam, por exemplo, concorrentes, meios de comunicação, associações comerciais e grupos de interesse específico. Embora não haja vínculo contratual ou dependência mútua para continuidade das operações, esses grupos podem provocar impactos significativos sobre a organização.

Conforme aponta Winn (2001), a formação de grupos de *stakeholders* ocorre a partir de interesses comuns, porém cada grupo pode conter subgrupos e indivíduos com papéis e interesses diversos ao longo do tempo. Essa dinâmica reforça a importância de análises empíricas que avaliem como *stakeholders* e gestores interagem para delimitar efetivamente quais grupos se enquadram nessa categoria. Nessa mesma linha, Tullberg (2013) argumenta que a condição mínima para ser considerado stakeholder é ter participação real na organização, entendida como contribuição para seus processos ou envolvimento nos resultados, reforçando o caráter recíproco dessa relação.

2.1.1 Fundamentos da Teoria dos *Stakeholders* na Gestão Estratégica e Responsabilidade Corporativa

A Teoria dos *Stakeholders*, desde sua formulação por Freeman (1984), consolidou-se como uma abordagem estratégica que reconhece a importância de todos os grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pelas atividades de uma organização. Ao longo do tempo, sua aplicação foi ampliada para contextos de governança corporativa, sustentabilidade e responsabilidade social, incorporando fundamentos que orientam uma gestão mais inclusiva, equilibrada e ética. Entre esses fundamentos, destacam-se a interdependência, o valor compartilhado, a inclusão e equidade, a responsabilidade ética e a tomada de decisão balanceada, os quais direcionam as organizações a alinhar seus objetivos econômicos com compromissos sociais e ambientais, fortalecendo a legitimidade e a perenidade de suas operações (FREEMAN, 1984; FREEMAN *et al.*, 2010; PORTER; KRAMER, 2011).

A interdependência entre os diversos *stakeholders* é um aspecto central na gestão estratégica, pois evidencia que o sucesso organizacional depende de relações recíprocas e contínuas com seus públicos de interesse. Freeman (1984) enfatiza que nenhuma organização opera isoladamente, sendo o desempenho corporativo diretamente influenciado pela qualidade dessas interações. Assim, reconhecer e gerenciar essas interdependências é fundamental para garantir resultados sustentáveis a longo prazo, fortalecendo redes de confiança e colaboração (FREEMAN, 1984).

O conceito de valor compartilhado propõe que as organizações busquem simultaneamente benefícios econômicos e sociais. Porter e Kramer (2011) defendem que essa abordagem vai além da filantropia, integrando objetivos sociais à estratégia de negócios. Ao alinhar a criação de valor para a empresa e para a sociedade, as organizações fortalecem sua posição competitiva e ampliam seu impacto positivo no ambiente em que atuam (PORTER; KRAMER, 2011).

A inclusão e a equidade no relacionamento com *stakeholders* implicam garantir a participação de todos os grupos relevantes e assegurar tratamento justo nas decisões corporativas. O padrão AA1000SES destaca que a inclusão fortalece a legitimidade das decisões e amplia a transparência, enquanto a equidade assegura que nenhuma parte interessada seja desfavorecida de forma injusta (ACCOUNTABILITY, 2015).

A responsabilidade ética envolve o reconhecimento de obrigações morais para com todos os *stakeholders*, indo além dos interesses puramente econômicos. Donaldson e Preston (1995) ressaltam que as empresas possuem um dever moral de tratar todos os grupos impactados por suas atividades de forma justa, transparente e respeitosa, o que fortalece a confiança e a legitimidade organizacional (DONALDSON; PRESTON, 1995).

A tomada de decisão balanceada busca harmonizar interesses conflitantes entre diferentes *stakeholders*, considerando os impactos de curto e longo prazo. Freeman *et al.* (2010) apontam que equilibrar essas demandas exige uma abordagem estratégica que valorize tanto a viabilidade econômica quanto a responsabilidade social, evitando a priorização exclusiva de um grupo em detrimento de outros (FREEMAN *et al.*, 2010).

2.1.2 Teoria da Identificação e Saliência dos *Stakeholders*

Mitchell, Agle e Wood (1997) propõem que a saliência de um stakeholder, ou seja, o grau de prioridade que seus interesses recebem da gestão depende da combinação de três atributos: poder, legitimidade e urgência. O modelo define sete tipos de *stakeholders*, classificados conforme possuam um, dois ou três atributos. Aqueles que não possuem nenhum dos atributos não são considerados *stakeholders* da organização.

Essa abordagem amplia métodos tradicionais que focam apenas no poder e nos interesses, acrescentando as dimensões legitimidade e urgência, e permitindo um mapeamento mais dinâmico das relações. Um ponto central é que esses atributos não são estáticos:

stakeholders podem ganhar ou perder poder, legitimidade ou urgência ao longo do tempo, modificando sua saliência (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Quadro 1 - Tipologia dos Stakeholders segundo Mitchell, Agle e Wood (1997)

Categoria	Atributos Possuídos	Saliência
Latentes (Dormant)	Poder	Baixa
Latentes (Discretionary)	Legitimidade	Baixa
Latentes (Demanding)	Urgência	Baixa
Expectantes (Dominant)	Poder + Legitimidade	Moderada
Expectantes (Dependent)	Legitimidade + Urgência	Moderada
Expectantes (Dangerous)	Poder + Urgência	Moderada
Definitivos	Poder + Legitimidade + Urgência	Alta

FONTE: Adaptado de MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. (1997)

O atributo poder é definido como a capacidade de um *stakeholder* impor sua vontade sobre a organização, independentemente da legitimidade ou urgência de sua reivindicação. Mitchell, Agle e Wood (1997) utilizam a tipologia de Etzioni (1964) para categorizar o poder em três formas: (i) o coercitivo que é baseado na força física ou ameaça de sanções; (ii) utilitário que é relacionado ao controle de recursos materiais ou financeiros, e (iii) simbólico/normativo, derivado da influência sobre valores, crenças e opinião pública.

Um *stakeholder* que possua apenas o atributo poder, sem legitimidade ou urgência, é classificado como *dormant stakeholder* (*stakeholder* latente). Esse tipo tem potencial para influenciar a organização, mas, por não possuir relação legítima nem reivindicações urgentes, tende a não exercer seu poder ativamente. No entanto, devido ao caráter dinâmico das relações, gestores devem monitorar esses *stakeholders*, pois, caso adquiram legitimidade ou urgência, podem se tornar mais influentes (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

A legitimidade diz respeito à percepção generalizada de que as ações ou reivindicações de um *stakeholder* são desejáveis, corretas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. Mitchell, Agle e Wood (1997) utilizam a definição de Suchman (1995) para ressaltar que a legitimidade não é algo intrínseco ao *stakeholder*, mas sim atribuída socialmente.

Um *stakeholder* que possua legitimidade, mas não detenha poder nem apresente urgência, é classificado como *discretionary stakeholder* (*stakeholder* discricionário). Embora tenha uma relação legítima com a organização, sua ausência de poder e urgência faz com que dependa do interesse voluntário dos gestores para ter suas demandas atendidas.

A urgência refere-se ao grau em que as reivindicações de um *stakeholder* exigem atenção imediata. Segundo Mitchell, Agle e Wood (1997), ela é composta por duas dimensões: sensibilidade temporal (o tempo disponível para agir é limitado) e criticidade (a importância da demanda para o *stakeholder*).

Quando um *stakeholder* possui apenas urgência, mas não dispõe de poder nem legitimidade, é classificado como *demanding stakeholder* (*stakeholder* demandante). Esse tipo é frequentemente percebido como incômodo, pois suas solicitações são imediatas, mas carecem de base legítima ou força para influenciar diretamente as decisões organizacionais.

Mitchell, Agle e Wood (1997) propõem que os *stakeholders* sejam classificados em três grandes categorias: latentes, expectantes e definitivos, a partir da combinação dos atributos poder, legitimidade e urgência. Os *stakeholders* latentes possuem apenas um desses atributos e, por isso, têm baixa saliência. Entre eles estão os *dormant*, que detêm poder, mas carecem de legitimidade e urgência; os *discretionary*, que possuem legitimidade, mas não têm poder nem urgência; e os *demanding*, caracterizados pela urgência de suas demandas, sem, contudo, apresentar poder ou legitimidade. Os *stakeholders* expectantes possuem dois atributos e

apresentam saliência moderada. Nessa categoria, os *dominant* combinam poder e legitimidade, mas não urgência; os *dependent* reúnem legitimidade e urgência, mas não têm poder; e os *dangerous* possuem poder e urgência, porém não legitimidade, podendo adotar ações coercitivas. Por fim, os *stakeholders* definitivos apresentam simultaneamente os três atributos, o que lhes confere alta saliência e prioridade nas decisões organizacionais (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

No contexto das cooperativas, a definição *stakeholders* assume dimensões específicas, já que os próprios cooperados são ao mesmo tempo proprietários, usuários dos serviços e beneficiários dos resultados.

É importante ressaltar que o diálogo constante com os *stakeholders*, através de assembleias, comitês, ouvidorias e plataformas digitais, fortalece os vínculos de confiança e contribui para a melhoria contínua dos processos. Segundo Fonseca (2018), a educação cooperativista também deve contemplar a formação crítica dos associados quanto à importância da escuta ativa e da corresponsabilidade nas decisões organizacionais.

Compreender os *stakeholders* e suas interrelações com as cooperativas é essencial para avaliar o impacto dessas instituições na sociedade, essas interações se traduzem em benefícios concretos para a comunidade, especialmente em termos de desenvolvimento econômico, inclusão social e fortalecimento do capital humano local.

No contexto da Teoria dos *Stakeholders*, a contabilidade passa a ser vista como um instrumento de diálogo entre a organização e os públicos que dela dependem ou que por ela são impactados. Isso é particularmente relevante nas cooperativas, onde há múltiplos interessados legítimos, como os próprios cooperados, a comunidade local, órgãos reguladores. Nessa perspectiva, a função social da contabilidade ganha destaque, integrando-se aos princípios da governança democrática e da responsabilidade socioambiental.

2.1.3 A Teoria dos *Stakeholders* e sua relação com os princípios cooperativistas

As cooperativas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridas, promovendo inclusão, geração de renda e fortalecimento da economia local.

A aplicação dos fundamentos da Teoria dos *Stakeholders* no contexto cooperativista revela grande convergência conceitual, já que ambos os modelos valorizam a participação ativa, a equidade e a responsabilidade social. Os sete princípios universais do cooperativismo: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade encontram correspondência direta com os fundamentos de interdependência, valor compartilhado, inclusão e equidade, responsabilidade ética e tomada de decisão balanceada, fortalecendo a legitimidade e a sustentabilidade das cooperativas (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 1995).

O fundamento da interdependência proposto pela Teoria dos *Stakeholders* se relaciona diretamente ao princípio da intercooperação, segundo o qual cooperativas fortalecem suas atividades por meio de parcerias e ações conjuntas (ACI, 1995). Tal como nas empresas que reconhecem a necessidade de alinhar interesses de diversos *stakeholders* as cooperativas entendem que o sucesso coletivo depende da articulação com outras organizações e da manutenção de redes de apoio (FREEMAN, 1984).

O valor compartilhado, conforme defendido por Porter e Kramer (2011), converge com o princípio cooperativista do interesse pela comunidade, que incentiva investimentos e ações voltadas ao desenvolvimento social e econômico do entorno. Ambos pressupõem que a geração de benefícios econômicos deve caminhar junto à promoção de impactos positivos para a coletividade.

O fundamento da inclusão e equidade se aproxima do princípio da adesão livre e voluntária, no qual qualquer pessoa apta a utilizar os serviços da cooperativa pode participar, sem discriminação. Essa aproximação reforça que a gestão deve ser acessível e representativa, garantindo que todos os membros sejam tratados de forma justa (ACCOUNTABILITY, 2015).

A responsabilidade ética nas relações com *stakeholders* dialoga com o compromisso das cooperativas de atuar com transparência, integridade e foco no bem-estar coletivo. No cooperativismo, tal postura não se limita a uma exigência moral, mas é parte da essência do modelo de negócio (DONALDSON; PRESTON, 1995).

A tomada de decisão balanceada está diretamente associada ao princípio da gestão democrática, em que cada membro possui direito igual de voto, independentemente do capital subscrito. Assim como na perspectiva de Freeman *et al.* (2010), o equilíbrio na consideração de interesses evita a predominância de grupos específicos e garante que as deliberações reflitam o coletivo.

A inter-relação entre os fundamentos da Teoria dos *Stakeholders* e os princípios do cooperativismo evidencia uma convergência de valores voltados à sustentabilidade, à participação e à criação de benefícios coletivos. Enquanto a Teoria dos *Stakeholders*, conforme proposto por Freeman (1984), enfatiza a importância de reconhecer e equilibrar os interesses de diferentes grupos envolvidos nas atividades organizacionais, os princípios cooperativistas, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (1995), orientam-se por práticas democráticas, equitativas e solidárias. Ao relacionar essas duas abordagens, é possível perceber que ambas buscam harmonizar objetivos econômicos com responsabilidades sociais e éticas, promovendo um modelo de gestão que fortalece o engajamento dos atores e o impacto positivo nas comunidades em que estão inseridas.

Quadro 2 – Relação entre os Fundamentos da Teoria dos Stakeholders e os Princípios do Cooperativismo

Fundamentos da Teoria dos Stakeholders	Princípios do Cooperativismo	Relação Observada
Interdependência	Intercooperação	Ambos reforçam a necessidade de colaboração e apoio mútuo para gerar benefícios sustentáveis e duradouros.
Valor compartilhado	Interesse pela comunidade	A criação de valor econômico e social se conecta diretamente com o compromisso de promover o desenvolvimento local e social.
Inclusão e equidade	Adesão voluntária e livre / Gestão democrática pelos membros	A participação igualitária e o acesso aberto a todos fortalecem a representatividade e a tomada de decisão justa.
Responsabilidade ética	Educação, formação e informação / Responsabilidade com a comunidade	Ética e transparência garantem confiança e compromisso com o bem-estar coletivo.
Tomada de decisão balanceada	Gestão democrática pelos membros / Autonomia e independência	A busca pelo equilíbrio entre interesses diversos se alinha ao processo democrático e independente de governança.

Fonte. Adaptado de Freeman (1984), Porter e Kramer (2011) e Aliança Cooperativa Internacional (1995).

A análise das categorias de *stakeholders* evidencia que, no ambiente cooperativista, compreender a distribuição de poder, legitimidade e urgência é essencial para definir estratégias de relacionamento e priorização de demandas. Ao identificar claramente em qual categoria cada grupo se enquadra, a cooperativa pode direcionar seus esforços de forma mais assertiva, fortalecendo vínculos com atores estratégicos, prevenindo conflitos e potencializando os benefícios socioeconômicos gerados para seus associados e para a comunidade.

2.2 COOPERATIVISMO

O surgimento do cooperativismo está intimamente relacionado às transformações socioeconômicas provocadas pela Revolução Industrial, no século XVIII. O crescimento do capitalismo industrial, marcado pela exploração da mão de obra e pela intensificação das desigualdades sociais, gerou as primeiras iniciativas de resistência e organização coletiva, principalmente por parte da classe operária. Nesse contexto, emergem propostas alternativas de organização econômica baseadas na cooperação, solidariedade e autogestão (PINHO, 1998).

Um marco histórico do cooperativismo moderno ocorreu em 1844, com os chamados Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra. Esse grupo formado por 28 trabalhadores fundou uma cooperativa de consumo para enfrentar os altos preços e a baixa qualidade dos produtos oferecidos pelo mercado. Eles estabeleceram princípios que até hoje norteiam o movimento cooperativista, como a adesão livre, a gestão democrática e a distribuição equitativa dos resultados (FRANCO, 2002).

Para uma melhor compreensão do cooperativismo, é necessário entender o conceito de cooperativa. Segundo Paul Lambert (1969), “a cooperativa é uma empresa organizada para prestar serviços aos seus membros, que são, ao mesmo tempo, seus usuários, controladores e beneficiários”. Complementando, a Aliança Cooperativa Internacional define cooperativa sendo. (ACI, 1995, p. 6)

Uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Dessa forma, a cooperativa se constitui como uma forma de empresa distinta do modelo capitalista tradicional, pois se baseia na copropriedade comum, na gestão democrática e na finalidade social. De acordo com Ilha (2010), o objetivo de uma cooperativa não é a maximização do lucro individual, mas sim a criação de condições para que os cooperados possam atuar de forma eficiente nos mercados e melhorar suas condições de vida de forma coletiva.

O cooperativismo também se ancora em princípios éticos e organizacionais definidos pela ACI. Esses princípios cooperativistas são: (1) adesão voluntária e livre, (2) gestão democrática pelos membros, (3) participação econômica dos membros, (4) autonomia e independência, (5) educação, formação e informação, (6) intercooperação e (7) interesse pela comunidade (ACI, 1995). Esses valores refletem a busca por um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e participativo.

Nesse sentido, o cooperativismo integra a lógica da economia solidária, proposta por autores como Paul Singer (2002), que defende a construção de alternativas ao capitalismo por meio da autogestão e da cooperação econômica. Segundo Singer (2002, p. 28):

A economia solidária propõe um novo paradigma, baseado na solidariedade, na justiça social e na valorização do trabalho coletivo, contrapondo-se à lógica excludente do mercado tradicional.

Dessa forma, observa-se que o cooperativismo constitui uma estratégia relevante para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

2.3 BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS

Os benefícios socioeconômicos das cooperativas referem-se aos impactos positivos que essas organizações geram tanto no aspecto econômico (como geração de renda, empregos e dinamização de mercados locais) quanto no aspecto social como inclusão, educação, fortalecimento comunitário e bem-estar coletivo. Esses efeitos resultam da natureza democrática e participativa do modelo cooperativista, que promove o desenvolvimento com base na cooperação, solidariedade e distribuição equitativa dos resultados.

As cooperativas têm se destacado como importantes agentes de transformação econômica e social, sobretudo em contextos locais e regionais. Sua atuação vai além da geração de resultados financeiros para os cooperados, contribuindo diretamente para o fortalecimento das comunidades em que estão inseridas. Em algumas cidades, a presença e a atividade das cooperativas estão profundamente enraizadas no cotidiano econômico e social, evidenciando uma contribuição multifacetada para o desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Silva (2018), as cooperativas desempenham um papel central na inclusão produtiva de pequenos produtores, trabalhadores informais e outros grupos que, historicamente, enfrentam barreiras ao mercado de trabalho tradicional. Além disso, o modelo cooperativista promove a distribuição mais equitativa dos resultados, uma vez que os excedentes são repartidos entre os cooperados de forma proporcional à participação nas atividades da cooperativa (FRANCO, 2002).

O estudo de caso apresentado por Londero e Bialoskorski Neto (2016) evidencia que uma cooperativa do setor agropecuário gerou, no ano de 2013, mais de R\$184 milhões em valor adicionado, dos quais 91,87% foram produzidos diretamente pela entidade. Essa riqueza foi distribuída a diversos agentes econômicos, como cooperados, empregados, governo e comunidade. Com a DVA foi possível observar que a distribuição da riqueza é mais justa no modelo cooperativo, com os seguintes percentuais: 32,36% destinados aos cooperados e à própria cooperativa; 31% para empregados; 30,82% para o governo; 1% para ações sociais e ambientais (LONDERO; BIALOSKORSKI NETO, 2016, p. 268).

Em síntese, os benefícios socioeconômicos das cooperativas são múltiplos e interdependentes. Elas não apenas fortalecem a economia local, mas também promovem inclusão, educação, sustentabilidade e cidadania. Esses elementos fazem do cooperativismo um modelo alternativo viável ao sistema econômico tradicional, com potencial transformador nas esferas individual, comunitária e institucional.

2.4 PESQUISAS ANTERIORES

Nos últimos anos percebe-se um crescimento significativo no número de cooperativas e seu impacto nos ambientes em que estão inseridas (OCB, 2023; Zylberstajn, 2002). Esse avanço tem despertado interesse em compreender de forma aprofundada os *stakeholders* envolvidos nessas organizações. Com o fortalecimento do cooperativismo, torna-se cada vez mais relevante identificar quem são esses públicos de interesse.

Um exemplo é o estudo de Rocha (2023), que publicou uma dissertação sobre o tema. Apresentou uma análise sobre a relação entre cooperativas e seus *stakeholders* sob a perspectiva da teoria da saliência dos *stakeholders* (Mitchell, Agle e Wood, 1997). Através de uma abordagem quantitativa e aplicando um questionário a gestores de alto escalão, o autor procurou compreender como esses profissionais percebem a influência de diferentes *stakeholders* com base em três atributos principais: poder, legitimidade e urgência. Incluindo uma investigação de como a cultura organizacional das cooperativas pode moderar essa relação, através dos valores contrastantes de Quinn e Rohrbaugh (1983) para identificar diferentes tipos de culturas organizacionais, como a cultura de apoio, inovação, regras/burocrática e objetivos/racional.

A pesquisa de Rocha (2023) demonstrou que os gestores das cooperativas tendem a priorizar os *stakeholders* considerados “definitivos”, aqueles que apresentam os três atributos

simultaneamente. Além disso, foi apresentado que a percepção dos *stakeholders* varia conforme o porte, tempo de existência e estrutura da cooperativa, o que destaca a importância de se compreender o contexto organizacional na gestão das partes interessadas.

Esse estudo reforça a relevância da teoria dos *stakeholders* no ambiente cooperativista, sobretudo por propor uma gestão estratégica mais inclusiva, que leva em consideração não apenas os interesses dos associados, mas de toda a rede de relacionamento da cooperativa. A abordagem adotada por Rocha contribui para ampliar o entendimento sobre a dinâmica das cooperativas brasileiras e sua inserção em contextos mais sustentáveis e participativos, alinhando-se aos princípios do cooperativismo e ao desenvolvimento local.

O artigo “Responsabilidade Social Interna em uma Cooperativa”, de Piratelli *et al.* (2020), investiga a presença de práticas de Responsabilidade Social Interna (RSI) em uma cooperativa de crédito do interior de São Paulo, sob a visão de seus funcionários. A pesquisa utilizou metodologia quali-quantitativa com aplicação de questionário baseado nos Indicadores de Responsabilidade Social do Instituto Ethos, abrangendo temas como condições de trabalho, remuneração, capacitação e saúde ocupacional. Os resultados apontam, em geral, que os funcionários percebem a existência de práticas de RSI na cooperativa. A partir do referencial teórico adotado, o estudo destaca a importância dos *stakeholders* internos, especialmente os funcionários, como parte central da responsabilidade social nas cooperativas. Considerando que os princípios do cooperativismo já preveem uma atuação ética e participativa, a pesquisa reforça a necessidade de alinhamento entre discurso institucional e práticas concretas com o público interno. Dessa forma, o artigo contribui para a compreensão do papel estratégico dos *stakeholders* na construção de políticas de gestão socialmente responsáveis e serve de base para análises comparativas em organizações cooperativas e não cooperativas.

3 METODOLOGIA

Partindo do princípio de analisar a percepção da população e dos diretores das cooperativas locais no ambiente em que estão inseridas e os seus *stakeholders* primários e secundários, a pesquisa foi delineada como exploratória, uma vez que busca compreender o papel desempenhado por essas instituições e apresentar os benefícios por elas gerados na comunidade de Marechal Cândido Rondon. Para tanto, optou-se por uma abordagem metodológica mista, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos, de modo a captar diferentes dimensões do fenômeno estudado.

No âmbito da pesquisa quantitativa, foi levantada a percepção da população local. Para tanto, aplicou-se um questionário estruturado, elaborado na plataforma *Google Forms*, composto por 21 questões de múltipla escolha. Esse instrumento foi divulgado ao público por meio de links compartilhados em diferentes redes sociais durante um mês, o que possibilitou alcançar uma amostra diversificada e 96 respondentes.

Complementando a análise, a dimensão qualitativa da pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com diretores das cooperativas cadastradas na OCEPAR.

Dessa forma, ao abranger as quatro cooperativas estabelecidas na cidade e ao adotar instrumentos que conciliam dados objetivos e percepções subjetivas, o estudo busca analisar o impacto coletivo dessas instituições no desenvolvimento socioeconômico de Marechal Cândido Rondon, sem restringir-se a uma cooperativa específica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa sobre o papel das cooperativas no desenvolvimento socioeconômico de Marechal Cândido Rondon-PR. Foram considerados dois conjuntos de dados complementares: as entrevistas realizadas com os

diretores das cooperativas Copagrill, Sicoob, Sicredi e Cercar, e a pesquisa quantitativa aplicada à população do município. A discussão fundamenta-se na Teoria dos *Stakeholders* (Freeman, 1984) e no modelo de saliência de Mitchell, Agle e Wood (1997), os quais sustentam que o comportamento das organizações é influenciado por três dimensões principais: poder, legitimidade e urgência. Assim, busca-se compreender de que maneira as cooperativas equilibram os interesses de diferentes grupos e como contribuem efetivamente para o desenvolvimento local.

As entrevistas com os diretores das cooperativas possibilitaram compreender a percepção dos gestores sobre os públicos estratégicos que influenciam as decisões e o desempenho das instituições. De modo geral, observou-se que os associados são reconhecidos como os principais *stakeholders* das cooperativas, sendo considerados a própria razão de sua existência. Os entrevistados reforçaram que o associado é o “dono” da cooperativa, participando das deliberações e legitimando as decisões por meio das assembleias gerais. Também foi destacado o papel do Conselho de Administração e dos colaboradores como instâncias de poder e execução, responsáveis por sustentar a governança e a operacionalização das estratégias institucionais.

A análise demonstrou que o poder formal está concentrado nas diretorias e conselhos, mas que o poder de influência é exercido pelos próprios associados, cuja opinião interfere diretamente nas decisões estratégicas e nos rumos institucionais. Nas cooperativas de crédito, como Sicoob e Sicredi, também se observa a influência de um *stakeholder* regulador, o Banco Central do Brasil, que dita normas, limites e diretrizes para o setor financeiro cooperativo. Assim, constata-se que o poder é exercido em diferentes níveis: institucional, econômico e social, refletindo a estrutura participativa e colaborativa prevista na teoria de Freeman (1984).

A legitimidade, por sua vez, é atribuída aos *stakeholders* cujas demandas são consideradas justas e coerentes com a missão cooperativista. Todos os entrevistados associaram a legitimidade ao direito de participação dos associados e à função social das cooperativas. Para um entrevistado, a legitimidade é validada nas assembleias gerais, que deliberam sobre investimentos e estratégias. Já outro entrevistado, mencionou o papel dos Conselhos de Orientação Estratégica, que reforçam a participação dos cooperados nas decisões da instituição, enquanto o entrevistado 3 destacou a importância da transparência e da ética no relacionamento com os diferentes públicos. Essa percepção confirma a proposição de Mitchell, Agle e Wood (1997), segundo a qual a legitimidade se baseia na aceitação moral e institucional do papel que cada *stakeholder* exerce dentro da organização.

No que diz respeito à dimensão da urgência, as respostas indicaram que ela está associada à necessidade de respostas imediatas diante de determinadas demandas. Nas cooperativas agrícolas, como a Copagrill e a Cercar, a urgência aparece nas situações relacionadas à produção rural, especialmente em casos de falhas no fornecimento de energia elétrica ou em contextos de oscilação de mercado. Já nas cooperativas de crédito, como Sicredi e Sicoob, a urgência manifesta-se em operações financeiras e necessidades de crédito, nas quais o tempo de resposta é determinante para o resultado econômico do associado. Essas evidências demonstram que a saliência dos *stakeholders* é dinâmica, variando conforme o contexto e o tipo de atividade desenvolvida pela cooperativa.

Outro aspecto evidenciado nas entrevistas refere-se à comunicação e ao equilíbrio entre os diferentes *stakeholders*. Todas as cooperativas relataram manter um diálogo contínuo e transparente com seus públicos, por meio de assembleias, conselhos, ouvidorias, canais digitais e reuniões comunitárias. Essa prática fortalece o vínculo social, promove a confiança e reduz conflitos de interesse, conforme preconiza Freeman (1984), ao afirmar que a gestão eficiente de *stakeholders* depende de relações colaborativas e de confiança mútua. Assim, observa-se que as cooperativas de Marechal Cândido Rondon exercem uma gestão estratégica e equilibrada, priorizando o associado, mas sem negligenciar o papel de colaboradores,

fornecedores, comunidade e órgãos reguladores. Esse modelo de gestão compartilhada é o que sustenta sua legitimidade social e econômica no município.

A pesquisa quantitativa, aplicada à população rondonense, buscou identificar como a comunidade percebe o papel das cooperativas no desenvolvimento socioeconômico local. Os resultados confirmaram a alta visibilidade e credibilidade dessas instituições, com predominância de respostas positivas em praticamente todos os indicadores analisados. Mais de 90% dos participantes afirmaram conhecer e reconhecer a importância das cooperativas locais, destacando-se Sicredi, Sicoob, Copagril e Cercar como principais referências. Esse reconhecimento reforça o papel dessas organizações como atores-chave do desenvolvimento local, o que, segundo Freeman (1984), caracteriza *stakeholders* de alto poder e legitimidade.

A maioria dos participantes identificou as cooperativas como geradoras de emprego e renda, reconhecendo sua contribuição direta para a movimentação econômica e a sustentabilidade local. Além dos benefícios econômicos, a população percebe as cooperativas como agentes de responsabilidade social, que investem em educação, cultura, solidariedade e meio ambiente. Essa compreensão converge com a visão de Porter e Kramer (2011), para quem empresas que alinham propósito econômico e impacto social criam valor compartilhado e promovem prosperidade coletiva. Os dados também indicaram que a população confia amplamente nas cooperativas. Mais de 80% dos respondentes afirmaram confiar ou confiar muito nessas instituições, reconhecendo nelas ética, transparência e compromisso com a comunidade. Esse alto índice de credibilidade revela a legitimidade institucional das cooperativas junto à sociedade local, reforçando o argumento de Mitchell, Agle e Wood (1997), de que a transparência fortalece a saliência dos *stakeholders* e legitima o poder social das organizações.

Além da percepção sobre os aspectos sociais e econômicos, a pesquisa buscou identificar de que forma as cooperativas influenciam a conscientização ambiental da população rondonense. A questão teve como objetivo compreender se as ações dessas instituições são reconhecidas como promotoras de atitudes sustentáveis e de cuidado com o meio ambiente. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - As cooperativas influenciam positivamente a consciência ambiental das pessoas?

Alternativa de resposta	Contagem	Percentual
Sim, bastante	37	38,5%
Em parte	48	50%
Não influenciam	4	4,2%
Não sei	7	7,3%
Total	96	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Elaborado pelos autores.

A partir dos dados apresentados, observa-se que a maioria dos participantes reconhece uma influência positiva das cooperativas sobre a consciência ambiental da comunidade. Mais da metade dos respondentes afirmou perceber ações ou campanhas voltadas à sustentabilidade, o que demonstra que essas instituições exercem um papel educativo e formador em relação ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. Essa percepção reforça que o cooperativismo local não atua apenas nas dimensões econômica e social, mas também contribui para o fortalecimento da responsabilidade ambiental, em conformidade com os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995) e com a perspectiva da Teoria dos *Stakeholders*, que valoriza o equilíbrio entre o desempenho organizacional e o bem-estar coletivo.

Apesar da percepção positiva, a pesquisa mostrou que há baixo nível de engajamento direto da população nas atividades promovidas pelas cooperativas, como assembleias, cursos e eventos. Tal resultado revela uma oportunidade de ampliar o diálogo e a educação cooperativista, aproximando o público do processo decisório e fortalecendo o sentimento de pertencimento. Essa necessidade se relaciona ao princípio da participação democrática, um dos sete princípios fundamentais do cooperativismo estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995).

A percepção sobre a igualdade de oportunidades dentro das cooperativas foi avaliada por meio da questão “*Você acredita que nas cooperativas todos têm as mesmas oportunidades?*”. Essa pergunta buscou compreender se os participantes reconhecem práticas equitativas de participação e acesso entre os membros das instituições cooperativas. A Tabela 2 apresenta as respostas obtidas, evidenciando diferentes níveis de concordância entre os respondentes.

Tabela 2 - Você acredita que nas cooperativas todos tem as mesmas oportunidades?

Alternativa de resposta	Contagem	Percentual
Sim, de forma efetiva	18	18,8%
Um pouco, mas há limitações	52	54,2%
Não	12	12,5%
Não sei	14	14,5%
Total	96	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Elaborado pelos autores.

Observa-se que a maioria dos participantes acreditam que, embora exista o reconhecimento de esforços das cooperativas em oferecer oportunidades iguais, mais da metade dos respondentes (54,2%) reconhecem a existência de barreiras que limitam a igualdade entre os associados. Entre os fatores mencionados pelos entrevistados durante a pesquisa qualitativa estão o tempo disponível, o nível de envolvimento e o acesso à informação sobre processos internos. Esses resultados sugerem que, apesar do esforço das cooperativas em promover inclusão e transparência, ainda há o desafio de ampliar a efetiva participação de todos os públicos em seus espaços decisórios. Essa análise reforça o princípio cooperativista da gestão democrática e dialoga com a dimensão da legitimidade da Teoria dos *Stakeholders*, segundo a qual o equilíbrio entre os interesses dos diferentes grupos é essencial para a sustentabilidade e a confiança institucional. Esses dados também dialogam com a dimensão da legitimidade proposta por Mitchell, Agle e Wood (1997), que considera a percepção de justiça e representatividade um fator essencial para a saliência dos *stakeholders*.

Ao integrar os resultados qualitativos e quantitativos, percebe-se uma convergência clara entre a percepção dos diretores e a da população. Ambos os grupos reconhecem o cooperativismo como um modelo de gestão sustentável, capaz de equilibrar objetivos econômicos e sociais. De acordo com a Teoria dos *Stakeholders*, o sucesso organizacional depende da capacidade de administrar múltiplos interesses de forma ética, participativa e transparente. As cooperativas analisadas demonstram que esse equilíbrio é viável e está profundamente ligado à sua identidade institucional, que valoriza o associado como protagonista e a comunidade como beneficiária final. Os resultados permitem afirmar que o modelo cooperativista contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de Marechal Cândido Rondon. As cooperativas estudadas refletem o conceito de valor compartilhado, no qual prosperidade econômica e bem-estar social coexistem em harmonia. Além disso, as análises evidenciam que essas instituições mantêm relações transparentes e

participativas com seus públicos de interesse, fortalecem o tecido social e comunitário por meio de ações voltadas à educação, inclusão e sustentabilidade.

Dessa forma, conclui-se que o cooperativismo representa um modelo eficiente e ético de desenvolvimento socioeconômico, alinhado à Teoria dos *Stakeholders* e aos princípios da gestão participativa. A experiência das cooperativas rondonenses demonstra que o engajamento conjunto de associados, colaboradores e comunidade é capaz de promover crescimento econômico, fortalecimento institucional e melhoria das condições de vida locais, configurando um exemplo de gestão baseada em valores coletivos e responsabilidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito compreender de que forma as cooperativas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e quais benefícios geram para a comunidade de Marechal Cândido Rondon. Foi possível compreender os benefícios socioeconômicos gerados pelas cooperativas do município e a forma como esses benefícios são percebidos pelos diferentes grupos de interesse. Além de confirmarem a relevância econômica das cooperativas, os achados destacam sua contribuição social, educacional e inclusiva, em consonância com os princípios cooperativistas e com a Teoria dos *Stakeholders*. A partir da análise integrada de entrevistas com dirigentes das cooperativas bem como de uma pesquisa quantitativa com a população local, foi possível identificar a relevância do cooperativismo como agente transformador da realidade econômica e social do município.

Os resultados demonstraram que a população percebe que as cooperativas rondonenses exercem papel fundamental na geração de emprego e renda, no fortalecimento da economia regional e na promoção da inclusão social. Além de impulsionarem o setor produtivo, especialmente nos ramos agropecuário e de crédito, essas instituições se destacam pelo compromisso ético, pela gestão democrática e pelas práticas de responsabilidade socioambiental. Além disso, os resultados da pesquisa com a população evidenciaram que a atuação das cooperativas também influencia positivamente a consciência ambiental dos cidadãos. Essa dimensão ambiental reforça o caráter sustentável do cooperativismo local, que integra o desenvolvimento econômico e social à responsabilidade ecológica, fortalecendo o compromisso coletivo com a proteção do meio ambiente. O relacionamento transparente e colaborativo entre cooperativas e seus públicos de interesse evidencia a aplicação prática da Teoria dos *Stakeholders*, que defende o equilíbrio entre os diferentes grupos que influenciam ou são influenciados pelas atividades organizacionais.

Um aspecto particularmente relevante revelado pela pesquisa diz respeito à percepção de igualdade de oportunidades dentro das cooperativas. Os dados mostraram que, embora grande parte dos respondentes reconheça os esforços das cooperativas em promover inclusão, muitos ainda percebem limitações quanto ao acesso equitativo às oportunidades de participação. Essa diferença de percepção sugere que, mesmo em ambientes que valorizam a democracia e a solidariedade, ainda é necessário fortalecer práticas de comunicação, formação cooperativista e estímulo ao envolvimento ativo dos membros. A inclusão efetiva e o sentimento de pertencimento são essenciais para consolidar a legitimidade e a confiança — dimensões centrais da Teoria dos *Stakeholders* — e refletem diretamente na sustentabilidade das relações entre cooperativas e comunidade.

Constatou-se, ainda, que os associados são reconhecidos como o *stakeholder* central, pois representam simultaneamente a base proprietária e o público beneficiário das ações cooperativistas. Essa estrutura participativa fortalece o senso de pertencimento e a legitimidade institucional das cooperativas. Entretanto, verificou-se uma necessidade de ampliar o

engajamento da comunidade em processos deliberativos e atividades educativas, a fim de consolidar a cultura cooperativista e fortalecer os vínculos sociais.

Dessa forma, conclui-se que o cooperativismo representa um modelo sólido e ético de desenvolvimento socioeconômico, pautado na cooperação, na participação democrática e na geração de valor coletivo. As cooperativas analisadas consolidam-se como pilares da economia e da coesão social, contribuindo não apenas para o crescimento econômico, mas também para a formação de uma sociedade mais justa, participativa e solidária. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação do estudo para outras regiões e ramos cooperativos, de modo a comparar resultados e identificar novas estratégias de fortalecimento do movimento cooperativista no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. AA1000 **Stakeholder Engagement Standard**. Londres: AccountAbility, 2015.

ACI – INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. Disponível em: <<http://www.ica.coop>>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Declaração sobre a Identidade Cooperativa**. Manchester: ACI, 1995. Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BENN, S.; ABRATT, R.; O'LEARY, B. **Definindo e identificando stakeholders: visões da gerência e das partes interessadas**. *South African Journal of Business Management*, v. 47, n. 2, p. 1–11, 2016.

CAMPOS, F. C.; SOUZA, M. T. de. **Stakeholders e sustentabilidade em cooperativas: uma análise de discurso institucional**. *Revista de Administração e Inovação*, v. 12, n. 2, 2015.

CAMPOS, Luciana; SOUZA, Ricardo. **Gestão de stakeholders nas cooperativas brasileiras**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, n. 2, p. 45–62, 2015.

CARVALHO, A. C.; ALMEIDA, R. D. **Responsabilidade social nas cooperativas: uma análise sob a perspectiva dos stakeholders**. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 1, 2018.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 750/93 – **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Brasília: CFC, 1993.

CLARKSON, M. **Uma estrutura de stakeholders para analisar e avaliar o desempenho social corporativo**. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92–117, 1995.

DE LUCA, Márcia M. M. **Contabilidade social: uma proposta metodológica para evidenciação dos impactos sociais**. São Paulo: Atlas, 1991.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. **The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications**. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 65–91, 1995. DOI: <<https://doi.org/10.5465/amr.1995.9503271992>>.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Sociedade_P%C3%B3s_Capitalista.html?id=UGAY85jYeFcC>. Acesso em: 07 mar. 2025.

FASSIN, Y. **Gestão de stakeholders, reciprocidade e responsabilidade dos stakeholders**. *Journal of Business Ethics*, v. 109, p. 83–96, 2012.

FASSIN, Y. **O modelo de stakeholders refinado**. *Journal of Business Ethics*, v. 84, p. 113–135, 2012.

FONSECA, Ana Paula da. **Educação cooperativista: base para o fortalecimento institucional**. *Revista de Economia Solidária*, v. 4, n. 1, 2018.

FRANCO, Gerson Luiz Carlos. *Economia solidária e cooperativismo*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREEMAN, R. E. *et al.* **Stakeholder theory: the state of the art**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

HULT, G. T. M.; MENA, J. A.; FERRELL, O. C.; FERRELL, L. **Marketing de stakeholders: uma definição e estrutura conceitual**. *Academy of Marketing Science Review*, v. 1, p. 44–65, 2011. Acesso em: 11 mar. 2025

ILHA, Paulo César da Silva. **The growth and socio-economic development of agribusiness cooperatives in the West of Paraná**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2262>>. Acesso em: 07 mar. 2025.

LONDERO, Paola Richter; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Demonstração do valor adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias**. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 18, n. 3, p. 256–272, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87849440005>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. **Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts**. *Academy of Management Review*, v. 22, n. 4, p. 853–886, 1997.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília: OCB, 2023.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Sistema OCB. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/sistemaocb>>. Acesso em: 06 mar. 2025.

OURO-SALIM, Omar; BA, Serigne Ababacar Cisse; ROSALEM, Vagner. **Impacto socioeconômico das cooperativas: contribuição para um mundo melhor**. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC*, Santa Maria, v. 5, n. 10, p. 189–202, jul./dez. 2018.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. **Creating shared value**. *Harvard Business Review*, v. 89, n. 1–2, p. 62–77, 2011. Disponível em: <<https://hbr.org/2011/01/the-big-idea-creating-shared-value>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PIRATELLI, Claudio Luis; LIMA, Cleber Marcelo de; ACHCAR, Jorge Alberto; QUEDA, Oriowaldo; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. **Responsabilidade social interna em uma cooperativa**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC, Santa Maria, v. 7, n. 13, p. 38–55, jan./jun. 2020. Acesso em: 10 ago. 2025

SAVAGE, G. T. *et al.* **Strategies for assessing and managing organizational stakeholders**. *Academy of Management Executive*, v. 5, p. 61–75, 1991.

SICREDI. Relatório de Sustentabilidade 2022. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Acesso em: 23 ago. 2025

TULLBERG, J. **Teoria das partes interessadas: algumas sugestões revisionistas**. *The Journal of Socio-Economics*, v. 42, p. 127–135, 2013.

WINN, M. I. **Construindo teoria de stakeholders com uma metodologia de modelagem de decisão**. *Business and Society*, v. 40, n. 2, p. 133–166, 2001.

WINSTANLEY, D.; SORABJI, D.; DAWSON, S. **When the pieces don't fit: a stakeholder power matrix to analyze public sector restructuring**. *Public Money & Management*, v. 15, p. 19–26, 1995. Acesso em: 10 ago. 2025